

RECURSO ADMINISTRATIVO

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE MERCEDES
– PR**

Pregão Eletrônico nº 30/2026

Processo Licitatório nº 60/2026

UASG: 985531 – MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR

Lei nº 14.133/2021

RECORRENTE, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 55.356.846/0001-50, com Endereço na rua Pastor Ernesto Gerstberger, nº 180, na cidade de Nova Santa Rosa, Estado de Paraná, que neste ato regularmente representado por seu Sócio Proprietário, Srº Egon Miguel Schulz, vem interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face de sua inabilitação no certame em epígrafe, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

Recorrido: Julgamento da habilitação do item 1, 3, 9 e 13.

I – DOS FATOS

A recorrente foi inabilitada sob o fundamento de não apresentação da Certidão de Regularidade do FGTS (CRF). Entretanto, trata-se de Microempreendedor Individual que não possui empregados, circunstância que afasta a obrigatoriedade de recolhimento do FGTS, nos termos do artigo 18-A, §13, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

Desde a fase inicial do certame, quando da apresentação da proposta, a recorrente já havia anexado declaração formal de dispensa da Certidão de Regularidade do FGTS, informando expressamente sua condição de empresa sem empregados e a inexistência de obrigação de recolhimento.

No dia 10/04/2026, após convocação para envio dos documentos, a recorrente prontamente se manifestou e passou a adotar as providências necessárias. Ainda nessa mesma data, formulou questionamento via chat do sistema informando que, ao

tentar emitir a CRF, o sistema retornava a mensagem “empregador não cadastrado”, bem como esclareceu que não possuía empregados e que não havia débitos pendentes, inclusive se colocando à disposição para encaminhar comprovações extraídas dos sistemas oficiais (Anexo I).

Registre-se que, às 15h53min do dia 10/04/2026, foi informada a suspensão da sessão, com previsão de retomada às 08h00min do dia 13/04/2026, tendo tal aviso ocorrido antes dos questionamentos formulados pela recorrente às 16h24min daquela mesma data, os quais permaneceram sem resposta naquele momento. Diante da ausência de retorno quanto à possibilidade de envio de documentos complementares, e considerando a iminência do encerramento do prazo para anexos às 17h52min, a recorrente, agindo de boa-fé, optou por encaminhar os documentos disponíveis, inclusive os prints de consulta realizados no sistema do FGTS, a fim de não permanecer inerte (Anexo II).

Na retomada da sessão, no dia 13/04/2026, antes mesmo do seu início, às 07h52min, a recorrente novamente se manifestou via chat, solicitando a prorrogação do prazo para apresentação da CRF, caso esta fosse considerada obrigatória, tendo se prontificado a providenciá-la. Informou, ainda, que a regularização dependeria de comparecimento presencial junto à agência da Caixa Econômica Federal, cujo horário de atendimento é das 10h às 15h, o que tornava inviável a obtenção da certidão antes do horário inicialmente estabelecido (Anexo III).

Mesmo diante da justificativa apresentada, da documentação previamente anexada, da ausência de resposta ao questionamento anterior e do pedido tempestivo de prorrogação, a recorrente foi inabilitada de forma imediata, inclusive antes da conclusão de sua manifestação à última diligência formulada pelo pregoeiro, sem que lhe fosse oportunizada a efetiva complementação documental.

II – DA VIOLAÇÃO AO EDITAL

O item 7.18 do edital estabelece que a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de contratação, e não como condição para participação, em consonância

com o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 162/2015.

A interpretação sistemática desse dispositivo conduz à conclusão de que eventuais pendências ou ausências documentais devem ser passíveis de regularização em momento posterior, não podendo ensejar a imediata exclusão do licitante, especialmente quando demonstrada a inexistência de débito e a adoção de providências para regularização.

No presente caso, a recorrente não apenas demonstrou a inexistência de débitos, como também solicitou prazo para regularização e, posteriormente, efetivamente regularizou sua situação, evidenciando o atendimento integral da exigência, ainda que não no exíguo prazo inicialmente fixado.

III – DA INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE MATERIAL

A ausência inicial da Certidão de Regularidade do FGTS não decorreu de inadimplência, mas da inexistência de cadastro no sistema, motivada pela ausência de empregados. Trata-se, portanto, de situação meramente formal, que não configura irregularidade fiscal ou trabalhista.

Os documentos apresentados comprovam de forma inequívoca a inexistência de débitos, evidenciando que não havia qualquer risco à Administração Pública na manutenção da recorrente no certame.

IV – DA IMPOSSIBILIDADE MATERIAL E DO CERCEAMENTO DE DEFESA

A recorrente demonstrou que a obtenção da certidão dependia de atendimento presencial, o que tornava inviável o cumprimento do prazo concedido, caracterizando hipótese de impossibilidade material.

Entretanto, sua conduta foi pautada pela boa-fé, tendo informado previamente sua situação, apresentado documentação pertinente, solicitado prorrogação de prazo

e, posteriormente, regularizado sua situação, o que evidencia total comprometimento com as exigências do certame.

V – DA NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA E DO FORMALISMO MODERADO

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de vedar a inabilitação de licitantes por falhas meramente formais e sanáveis. Nesse sentido, o Acórdão nº 1795/2015 – Plenário estabelece que é irregular a inabilitação quando a informação pode ser suprida por meio de diligência, sob pena de caracterização de formalismo excessivo.

No mesmo sentido, o Acórdão nº 988/2022 – Plenário dispõe que, na ausência de documento relativo à habilitação que apenas comprove fato preexistente, deve o pregoeiro conceder prazo razoável para o saneamento da falha, em observância aos princípios da razoabilidade e do formalismo moderado.

Conforme entendimento consolidado do TCU, falhas formais não devem ensejar a exclusão do licitante quando não há prejuízo à competitividade ou à isonomia, devendo a Administração privilegiar a obtenção da proposta mais vantajosa.

Nos termos do artigo 64 da Lei nº 14.133/2021, é admitida a realização de diligências destinadas à complementação de informações e documentos. O artigo 5º do mesmo diploma legal, por sua vez, impõe à Administração a observância dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade e do formalismo moderado.

No caso em análise, a ausência da certidão constituía falha plenamente sanável, sendo desproporcional a inabilitação imediata sem a concessão de prazo razoável ou a realização de diligência, especialmente diante da inexistência de débito e da demonstração inequívoca de boa-fé da recorrente.

VI – DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO

Ressalta-se que a recorrente já procedeu à regularização de sua situação junto ao FGTS, conforme Certidão de Regularidade ora anexada (Anexo IV), a qual atesta expressamente a inexistência de débitos e a plena regularidade da empresa.

Tal fato confirma que a inabilitação se deu com base em situação meramente formal e transitória, já superada, não havendo qualquer prejuízo à Administração Pública, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

VII – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer o conhecimento e provimento do presente recurso administrativo, para que seja reformada a decisão que declarou a inabilitação da recorrente, com seu consequente retorno ao certame.

Requer, ainda, que seja reconhecida a regularização da situação da recorrente e, subsidiariamente, seja oportunizada a realização de diligência ou concessão de prazo para saneamento, nos termos da legislação aplicável.

Nestes termos, pede deferimento.

Nova Santa Rosa – PR, 16 de abril de 2026.

55.356.846 EGON MIGUEL SCHULZ
55.356.846/0001-50

ANEXO I

consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

CAIXA

Situação de Regularidade do Empregador Dúvidas mais Frequentes | Início | V - 2.3

Inscrição (CNPJ ou CEI): 55.356.846/0001-50

Empregador não cadastrado.

Para cadastrá-lo dirija-se a uma das Agências da CAIXA munido dos documentos de constituição da empresa.

[Voltar](#)

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

ANEXO II

Mensagem do Pregoeiro

Retornamos com a sessão às 08h00min do dia 13/04.

10/04/2026 às 15:53

Mensagem do Pregoeiro

Srs, considerando que as convocações excedem às 17h00min. Suspendemos a sessão por hoje.

10/04/2026 às 15:53

Item 1

Certo, estarei providenciando

10/04/2026 às 15:52

Mensagem do Participante

Item 4

De 57.717.918/0001-73 - O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:52:01 de 10/04/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor DUDA COMERCIO LTDA, CNPJ 57.717.918/0001-73.

10/04/2026 às 15:52

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Sr. Fornecedor 55.356.846 EGON MIGUEL SCHULZ, CNPJ 55.356.846/0001-50, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:52:00 do dia 10/04/2026. Justificativa: CND Federal e CND FGTS.

10/04/2026 às 15:50

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 55.356.846/0001-50 - Sr. fornecedor, por gentileza, pedimos para que o Sr. apresente a CND Federal bem como a CND de FGTS, a mera declaração apresentada não comprova a quitação de débitos, mesmo que não hajam funcionários

10/04/2026 às 15:50

Item 1

O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:34:29 de 10/04/2026. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor 55.356.846 EGON MIGUEL SCHULZ, CNPJ 55.356.846/0001-50.

10/04/2026 às 16:34

Item 1

da consulta realizada via acesso ao FGTS Digital da empresa.

10/04/2026 às 16:24

Item 1

Sr. Pregoeiro, em relação à CRF (CND FGTS), ao realizar a consulta o sistema retorna "Empregador não cadastrado", tendo em vista que sou MEI, o cadastro na plataforma do FGTS não se torna exequível tendo em vista que não possuo funcionários. Da mesma forma, realizando consultas no sistema do FGTS Digital, foi possível constatar que não há débitos pendentes, caso seja esta a necessidade da comprovação, posso estar enviando os prints de comprovação

10/04/2026 às 16:24

fgtsdigital.sistema.gov.br/cobranca/#/gestao-guias/emissao-guia-consignados-vencidos

FGTS Digital

29:39

Gestão de Guias

Emissão de Guia de Consignados Vencidos

Empregador: 55.356.846/0001-50 | 55.356.846 EGON MIGUEL SCHULZ

Emissão de Guia de Consignados Vencidos

Selecione uma competência de apuração, pesquise os consignados vencidos em aberto, defina a data de vencimento e emita a guia.



Não há débitos de interesse
Não há débitos de interesse para o empregador em qualquer competência. (10/04/2026 16:04:08) (COB0003)



fgtsdigital.sistema.gov.br/cobranca/#/gestao-guias/emissao-guia-notificacao

FGTS Digital

29:44

Gestão de Guias

Emissão de Guia de Notificação

Empregador: 55.356.846/0001-50 | 55.356.846 EGON MIGUEL SCHULZ

Emissão de Guia de Notificação

Permite a emissão de guias de FGTS apenas para débitos notificados em aberto. Cada guia só poderá conter débitos de uma única notificação.



A notificação pode ter sido internalizada no FGTS Digital antes do seu envio ao empregador pelo Domicílio Eletrônico Trabalhista - DET, o que não impede a emissão e pagamento da guia. Consulte sempre sua caixa postal no **DET**.



Não há débitos notificados com saldo em aberto para o empregador
(10/04/2026 16:03:22) (COB0318)



ANEXO III

Item 1

conforme em anexo à consulta realizada no site, eles somente direcionam para ir à agência para poder enfim regularizar... Estarei prontamente providenciando para fins de comprovação... Infelizmente todas as empresas MEI's estão suscetíveis à essa situação quando não há empregados.

13/04/2026 às 07:52

Item 1

Bom dia Sr. Pregoeiro, em relação à CRF (CND FGTS), caso venha realmente ser necessária, peço por gentileza que prorrogue o prazo, por pelo menos até ao meio dia, pois precisarei ir presencialmente à agência para solicitar o cadastro e a devida certidão para que possa devidamente anexar e comprovar, porém a agência só atende após as 10h, e infelizmente não há opção de regularização de forma online.

13/04/2026 às 07:52

ANEXO IV



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição : 55356846/0001-50
Razão Social : 55356846 EGON MIGUEL SCHULZ
Endereço : RUA PASTOR ERNESTO GERSTBERGER 180 / NOVA SANTA ROSA / NOVA SANTA ROSA / PR / 85930-215

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/04/2026 a 12/05/2026

Certificação Número: 2026041315166544546358

Informação obtida em 13/04/2026, às 15:16:02.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br